

**A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar**

*The explosive far right: Anti-communism and attacks on the distension of the civil-military dictatorship*

*La ultraderecha explosiva: Anticomunismo y ataques a la distensión de la dictadura cívico-militar*

*José Airton de Farias\**

<https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>

RESUMO: O artigo trata das representações elaboradas pelos integrantes de grupos de extrema-direita responsáveis por atentados terroristas acerca do processo de abertura da ditadura civil-militar, no final da década de 1970 e começo da seguinte. Em geral, havia uma intersecção entre os integrantes de tais grupos e os membros da comunidade de informação e segurança do regime. Conforme a historiografia, tais setores temiam perder espaços de poder e sofrer punições com a flexibilização da ditadura. Não obstante, existiam grupos terroristas com a participação de civis ou composto apenas por civis, como no caso do Movimento Anticomunista (MAC), atuante em Fortaleza no ano de 1980. Entendemos que também se deva levar em consideração as representações dos extremistas para compreender a onda de atentados. Mesclando elementos de um anticomunismo tradicional, moldado especialmente a partir do Levante Comunista de 1935, e pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), os extremistas acreditavam que a flexibilização do regime criava condições para a ação dos comunistas e a implantação de um governo marxista no Brasil. O trabalho usa como fontes os escritos produzidos pelos grupos extremistas à época, por vezes divulgados na imprensa e encontrados no acervo do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Extrema-direita. Atentados. Ditadura civil-militar.

---

\* José Airton de Farias é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Pesquisa sobre a ditadura civil-militar, especificamente, a luta armada das esquerdas. Este trabalho faz parte das atividades desenvolvidas durante o estágio de Pós-Doutorado no Curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2021. E-mail: [airtondefarias@yahoo.com.br](mailto:airtondefarias@yahoo.com.br)

**ABSTRACT:** The article deals with representations made by members of extreme right-wing groups responsible for terrorist attacks about the process of opening the civil-military dictatorship in the late 1970s and early 1980s. In general, there was an intersection between members of such groups and members of the regime's information and security community. According to historiography, these sectors feared losing spaces of power and suffering punishment with the flexibilization of the dictatorship. However, there were terrorist groups with the participation of civilians or composed only of civilians, as in the case of the Anti-Communist Movement (MAC), active in Fortaleza in the year 1980. We believe that the representations of extremists must also be taken into account in order to understand the wave of attacks. Mixing elements of a traditional anti-communism, shaped especially after the Communist Uprising of 1935, and assumptions of the National Security Doctrine (DSN) and Revolutionary War Doctrine (DGR), the extremists believed that the flexibilization of the regime created conditions for the action of the communists and the implantation of a Marxist government in Brazil. The work uses as sources the writings produced by the extremist groups at the time, sometimes published in the press and found in the collection of the National Archives.

**Keywords:** Far right. Attacks. Civil-military dictatorship.

**RESUMEN:** El artículo trata de las representaciones realizadas por miembros de grupos de extrema derecha responsables de atentados terroristas sobre el proceso de apertura de la dictadura cívico-militar a fines de la década de 1970 y principios de la de 1980. En general, hubo una intersección entre los miembros de dichos grupos y los miembros de la comunidad de información y seguridad del régimen. Según la historiografía, estos sectores temían perder espacios de poder y sufrir castigos con la flexibilización de la dictadura. Sin embargo, hubo grupos terroristas con participación de civiles o integrados únicamente por civiles, como en el caso del Movimiento Anticomunista (MAC), activo en Fortaleza en el año 1980. Creemos que las representaciones de extremistas también deben ser tomadas en cuenta para entender la ola de ataques. Mezclando elementos de un anticomunismo tradicional, moldeado especialmente a partir del Levantamiento Comunista de 1935, y presupuestos de la Doctrina de la Seguridad Nacional (DSN) y la Doctrina de la Guerra Revolucionaria (DGR), los extremistas creían que la flexibilización del régimen creaba condiciones para la acción de los comunistas y la implantación de un gobierno marxista en Brasil. El trabajo utiliza como fuentes los escritos producidos por los grupos extremistas de la época, a veces publicados en la prensa y que se encuentran en la colección de los Archivos Nacionales.

**Palabras clave:** Extrema derecha. Atentados. Dictadura cívico-militar.

### **Como citar este artigo:**

Farias, José Airton de. "A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 351-375.

\*\*\*

Era uma quarta-feira, 27 de agosto de 1980, véspera do aniversário de um ano da sanção, pelo general-presidente João Figueiredo, da Lei de Anistia que, não obstante suas contradições e limites, fora um marco importante no processo de flexibilização da ditadura<sup>1</sup>. Um dia normal de expediente na sede da OAB, na Avenida Marechal Câmara, no movimentado centro do Rio de Janeiro. Às 13h26, em uma sala do quarto andar do prédio, a secretária Lyda Monteiro da Silva, de 59 anos, iniciava suas tarefas, analisando e abrindo, com uma espátula, os envelopes destinados a Eduardo Seabra Fagundes, presidente do Conselho Federal da instituição. A senhora trabalhava na OAB desde 1934 e comumente separava as correspondências a serem entregues à presidência. Dona Lyda era a mais antiga funcionária do local, viúva de um promotor de justiça e mãe de um estudante de direito da PUC. Talvez a mulher nem tivesse dado tanta atenção às correspondências, tal a rotina do expediente. Desta vez, porém, foi diferente. Um dos envelopes era uma carta-bomba. Ao ser aberto, gerou uma potente explosão, que estilhaçou todos os vidros da sala, fez cair o teto de gesso, danificou paredes, destruiu mesas e cadeiras, e atingiu em cheio a senhora.

Seguiu-se um enorme tumulto no prédio, com pessoas assustadas ante o estrondo e a destruição. Nervosos, alguns dos funcionários e advogados se dirigiram à sala de Dona Lyda, para saber o que acontecera. A senhora agonizava, sangrando muito. Estava sem a mão esquerda, com o braço dilacerado e exibia profundas lesões no tórax e rosto. “Foi uma bomba”, balbuciou. Dona Lyda foi imediatamente levada para o Hospital Souza Aguiar, onde ainda teve forças para perguntar pelo filho. Faleceu pouco tempo depois<sup>2</sup>.

No mesmo dia, um pouco mais tarde, por volta de 14h40, uma outra carta-bomba, destinada ao vereador Antônio Carlos de Carvalho (PMDB), na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, explodiu e feriu gravemente o seu chefe de gabinete, José Ribamar Sampaio de Freitas, de 63 anos, atingindo igualmente outras pessoas. Freitas, que já não tinha a visão de um olho, perderia a do segundo e teria amputado um dos braços<sup>3</sup>.

As explosões na OAB e Câmara Municipal faziam parte da onda de atentados que extremistas de direita vinham realizando no Brasil desde meados dos anos 70, embora com maior intensidade nos últimos meses. Grupos autônomos, muitas vezes, sem ligações entre si, agiam impunemente País afora, no intento de deter a distensão/abertura política da ditadura civil-militar

---

<sup>1</sup> Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização” e “liberalização” da ditadura civil-militar para designar o período entre 1974 e 1984, o qual, por sua vez, tradicionalmente é subdividido em dois momentos. Tem-se o da “distensão”, para se referir ao intervalo no qual governou Geisel (1974-79), com medidas de descompressão do regime, e o da “abertura” (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência e o processo político de democratização se incrementou. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego dos termos “distensão” e “abertura” pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente, por vezes, e essa subdivisão didática não pode ser pensada de forma fechada (Motta 2021, 246; Vitullo 2001, 17).

<sup>2</sup> Veja, 03/09/1980.

<sup>3</sup> Isto É, 3/09/80; Jornal do Brasil, 28/08/80, 30/08/80.

---

---

que, aos trancos e hesitações, avançava. Dotados de forte anticomunismo, autodenominavam-se Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Comando Delta, Falange Pátria Nova, influenciando-se uns aos outros. O diferencial do que ocorrera no Rio de Janeiro é que se trataram de ataques fatais, ao contrário dos anteriores, produzindo vítimas. Como se não bastassem o pânico e a insegurança que tomaram conta de boa parte da sociedade, quanto a possibilidades de novos atentados, muitas pessoas passaram a temer pelos rumos que a flexibilização do regime ditatorial tomaria. Eram tempos de medo e de incerteza.

Este artigo traz parte da pesquisa realizada durante o estágio de pós-doutorado que realizamos na Universidade Federal do Ceará (UFC). O foco do trabalho foram os extremistas de direita responsáveis por atentados ocorridos no processo de abertura da ditadura, em particular, os de um grupo atuante em Fortaleza no ano de 1980, o Movimento Anticomunista (MAC). Buscamos tratar das representações desses agentes históricos quanto à flexibilização do regime, tendo-se em conta o anticomunismo como um dos fatores políticos mais importantes do Brasil no século XX e de enorme difusão na sociedade. O que movia os extremistas e os grupos? Quais suas concepções de mundo? O que entendiam estar fazendo? Como se viam?

Para desenvolver as problematizações da pesquisa, recorreremos às concepções de representação, prática e apropriação do historiador francês Roger Chartier. As representações permitem entender, sob forma de categorias mentais, as classificações, delimitações e divisões que organizam a percepção da realidade e o entendimento do mundo social, em determinados lugar e momento, por indivíduos e grupos, e por outro lado, são matrizes que constituem o real, na medida em que comandam atos e definem identidades (Chartier 1988, 18). Em outros termos, as *representações* demandam *práticas* que resultam na construção de um mundo social e de uma identidade (Chartier, 2002).

Práticas e representações são complementares, interdependentes. Devem ser entendidas juntas e vinculadas: as práticas levam a representações e estas geram práticas, em complexas teias de relações, gestos e atitudes, das quais não se pode distinguir e dizer exatamente onde se encontra o começo, se em determinada prática ou determinada representação (Barros 2005, 133). As representações de um grupo travam embates com representações de outros grupos da sociedade. Os conflitos de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas e são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier 1988, 17). Daí a importância da noção de *apropriações* para Chartier (1988, 27), entendidas como práticas de produção de sentidos, conforme a pluralidade de significações e recepções possíveis pelo leitor, para o que contribuem determinações sociais, conjunturas históricas, elementos culturais e vivências e trajetórias dos indivíduos e grupos.

---

Para extremistas de direita, fossem civis ou militares, a agitação social e o próprio projeto de flexibilização da ditadura, defendido por segmentos “moderados” das Forças Armadas, foram percebidas como manobras comunistas ou ações que facilitavam a infiltração comunista no Brasil. Ressalte-se que nem todos os anticomunistas se envolveram em atentados terroristas no período, tendo-se em conta as diferenças políticas existente dentro da própria extrema-direita, e suas ações violentas (das simbólicas às concretas) se distinguiram da violência revolucionária, do final dos anos 1960 e começo dos 70, defendida por parte da esquerda na oposição e busca da derrubada da ditadura (Motta 2002; Napolitano 2018).

### **Em alerta contra o perigo vermelho**

Entendemos o anticomunismo como a oposição sistemática à ideologia comunista ou ao que é identificado como comunismo, um antagonismo que se adapta a distintas realidades e momentos históricos e se manifesta através de representações e práticas diversas (Bonet 2004, 34). Não está restrito a um grupo específico ou a um único órgão ou instituição política (Rodeghero 2002; Silva 2000), nem se trata de mera ação reativa a acontecimentos pontuais da história, de ascensão das esquerdas, embora, nestes momentos, fique mais explícito. O anticomunismo é uma forma de ver e agir no mundo e, especificamente tratando-se do Brasil, um dos fenômenos centrais do processo político nacional (Spohr 2011).

O anticomunista extremista tratado neste artigo não se resume à mera oposição aos comunistas. São indivíduos e grupos que apresentam posições e/ou desenvolvem ações que implicam no impedimento da manifestação do pensamento do adversário e, por vezes, na agressão e extermínio deste (Motta 2002). No caso dos grupos como o MAC e outros, do final dos anos 70 e começo dos 80, o anticomunismo extremado implicou em práticas violentas, terroristas, entendidas como legítimas para barrar o que se concebia como uma iminente ameaça vermelha.

O anticomunismo já se fazia presente no País no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920. Foi nos anos 1930, com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), capitaneado por Luiz Carlos Prestes, e, sobretudo, com a denominada “Intentona”/Levante Comunista, de 1935, que o quadro se intensificou. Daí em diante o comunismo cada vez mais foi concebido como um perigoso inimigo, externo e interno, a ser observado pelas autoridades e cidadãos, e seu combate passou a ter papel de relevo na história política do Brasil. O medo crescente do comunismo implicou no alargamento do anticomunismo (Motta 2002).

O Levante/“Intentona” de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no País, especialmente entre os militares, que o conceberam como um ato covarde, de traição à Pátria e de

---

quebra da hierarquia. Estruturou-se, então, um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzido ao longo das décadas, sobretudo com a Guerra Fria, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos (Motta 2002, 37). No começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe de Estado que depôs João Goulart, setores conservadores e liberais, civis e militares, acusavam o presidente de ser “comunista” ou de permitir a atuação livre dos comunistas no País (Fico 2014).

Como era de se esperar, os discursos e as práticas anticomunistas foram intensos durante a ditadura civil-militar (1964-85). A ameaça do “perigo vermelho” foi reforçada pelos governos militares junto à população, especialmente, com as mobilizações estudantis e a luta armada das esquerdas no final dos anos 60 e começo dos 70. O discurso de um risco iminente da “subversão”, entendida como terrorista e comunista, incitava o medo na coletividade e endossava o apoio de parte da sociedade ao governo, criando as justificativas e legitimando a repressão aos opositores (Cordeiro 2015).

Essa ojeriza ao inimigo vermelho, por parte dos militares, e também difundida para setores civis de direita, mesclava elementos do referido tradicional anticomunismo brasileiro, construído, especialmente, em torno das narrativas sobre o Levante/“Intentona” de 1935, com novas conceituações elaboradas no contexto da Guerra Fria, como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR) (Motta, 2014, 24).

A partir de princípios norteadores vindos dos Estados Unidos, mas com especificidades dos vários países em quem se manifestou, a DSN preocupava-se com o combate ao comunismo e à União Soviética (Comblin 1978; Montagna 1986). A ameaça vermelha poderia se concretizar por meio de uma agressão externa, em uma guerra tradicional, ou pela subversão interna (Padrós, 2005, 184). No Brasil, a DSN apresentou entre seus grandes pensadores o general Golbery de Couto e Silva (Neves Júnior 2019, 47), e um dos seus centros difusores foi a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, no Rio de Janeiro. O País, por motivos geopolíticos (situado no Atlântico Sul) e características históricas e culturais, integraria o bloco ocidental, que teria como sustentáculos a ciência, a liberdade, a democracia e o cristianismo, opondo-se, pois, ao bloco oriental, opressivo, ditatorial, ateu e comunista. Assim, nessa perspectiva bipolar, o comunismo era concebido com autoritário, bárbaro e antidemocrático, uma ameaça ao “mundo livre” (Neves Júnior 2019, 50).

Os alunos da ESG eram militares e civis, em especial, empresários, magistrados, educadores, políticos, etc. Almejava-se a formação de uma elite que interpretasse as aspirações e os interesses legítimos do País e fosse capaz de assumir os encargos de direção e de administração do esforço nacional de construção, imbuída de um pensamento conservador e anticomunista (Vasconcelos 2020, 281; Oliveira 2010, 144). A ESG possibilitou a difusão da DSN para além das

---

instituições castrenses e tornou-se um ponto de encontro, integração e alianças de grupos políticos pertencentes às elites civis e militares (Ferraz 1997; Teixeira 2012).

A DSN apresentava como pressuposto o binômio segurança e desenvolvimento, preocupando-se, como seu próprio nome dá a entender, com a prosperidade nacional, com a superação das mazelas sociais (Vasconcelos 2020, 190). Isso seria possível com uma remodelação da economia do Brasil conforme preceitos capitalista e integração ao sistema econômico ocidental capitalista/norte-americano. Tais ideias não eram exclusivas da caserna, expressando um arcabouço intelectual vigente desde as primeiras décadas do século XX entre grupos econômicos dominantes e pensadores (Oliveira 2010, 138).

Haveria um movimento comunista internacional, que contava com agentes infiltrados, de tocaia, no corpo social brasileiro, prontos para agir. Por isso, a necessidade de estar sempre atento, para combatê-lo, onde quer que surgisse ou pudesse aparecer. Para conter o inimigo interno, o Estado teria que desenvolver estruturas repressivas e uma rede de informações (Alves, 1985, 40). No radical anticomunismo dos adeptos da DSN, era aceitável a violação de garantias individuais em nome da segurança do Estado. Daí os “excessos coercitivos”, ultrapassando os limites da legalidade, verificados em vários países do Cone-Sul que viveram ditaduras nos anos 60 e 70.

À DSN foram sendo incorporados, ao longo dos anos, os pressupostos da denominada Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR). Não obstante a proximidade entre as Forças Armadas brasileiras e os Estados Unidos com/após a II Guerra Mundial (1939-45), a DGR apresentava como fonte de inspiração o pensamento militar francês, marcado pelas experiências da derrota na primeira guerra do Vietnã/Indochina (1946-54) e da eclosão da guerra de independência da Argélia (1954-62). O Exército francês adotou a DGR como doutrina oficial, extraíndo seus métodos, táticas e o próprio nome do fenômeno (guerra revolucionária – GR) que visava a combater (Araújo 2008; Martins Filho 2009, 2012; Gonçalves 2013; Duarte-Plon 2016).

A Doutrina apresentava respostas para o que entendia ser um novo tipo de luta contra o comunismo. Priorizava a defesa interna, dentro da própria nação, contra a subversão, em detrimento de operações exteriores, mesclando política, ideologia e operações bélicas, de modo que não haveria distinções entre os meios militares e os meios civis (Martins Filho 2008, 41). A guerra revolucionária seria um processo, com diversas etapas. Os comunistas, com estímulo e inspiração vindos do exterior, se infiltrariam na sociedade, de forma lenta, recorrendo a dissimulações e mentiras. Usariam a tática da “guerra psicológica”, isto é, buscariam conseguir o apoio e o controle/manipulação das massas (ou de parte delas, pelo menos), doutrinando-as progressivamente com a ideologia marxista-leninista-maoísta. Criavam, dessa forma, um ambiente

---

revolucionário e preparavam sorrateiramente o caminho para tomada do poder institucional (Martins Filho 2008, 42; Gonçalves 2017, 207; Motta 2014, 23).

Os questionamentos feitos à ditadura, no final dos anos 1960, por meios de protestos estudantis, greves operárias, manifestações de intelectuais, guerrilha, etc., foram percebidos como expressões de guerra revolucionária. A luta armada das esquerdas, estendida até o começo dos anos 70, seria mesmo um sinal da passagem de fase da guerra revolucionária, alertando os militares e extremistas de direita acerca dos riscos que a Pátria corria e da necessidade de combater aquela iminente ameaças por “todos os meios necessários” (Martins Filho 2009, 185).

A guerra revolucionária (GR), não obstante, poderia ser vencida, caso as forças da ordem agissem de forma parecida. Os militares deveriam se preparar, organizando a defesa interna do território e criando serviços de informação e vigilância da sociedade civil para detectar e antecipar os movimentos do inimigo (Martins Filho 2009, 185; Alves 1985, 38). Combateriam não apenas no campo militar, mas, também, na seara da “guerra psicológica”. Buscar-se-ia o convencimento dos cidadãos, o que abrangeria o controle das informações, o uso da contrapropaganda, a doutrinação (“formação cívica e moral”), a manipulação da opinião pública e mesmo o recurso à força e à eliminação do inimigo (Gonçalves 2013, 92).

Em outros termos, a Doutrina da Guerra Revolucionária, no processo de “saneamento do ambiente político”, implicava na abolição das formalidades legais de um Estado democrático de direito (ainda que sob a retórica de defendê-lo) e de qualquer noção de respeito aos direitos humanos e garantias individuais (Teixeira 2012, 28). No extremo, a DGR trazia subjacente um projeto de intervenção militar na sociedade (Araújo 2017, 102) e a completa desumanização do inimigo (Martins Filho 2012, 546).

O historiador Daniel Gonçalves (2017, 262) diz que, a partir da subida ao poder de Castello Branco, em 1964, o processo de institucionalização da Doutrina da Guerra Revolucionária manifestou-se de maneira progressiva na caserna e que, nos anos posteriores, todas as escolas do Exército foram influenciadas, em maior ou menor escala, por ela. Tal influência perdurou pelas décadas de 1970 e 1980, “mesmo quando a agenda política do País já era a da abertura política e redemocratização e o risco de uma guerra revolucionária marxista já parecia fazer parte de um passado longínquo” (Gonçalves 2017, 294).

### **Para além do corporativismo**

Na segunda metade da década de 1970 e início da seguinte, grupos de extrema-direita realizaram, Brasil afora, uma série de atentados políticos e ameaças. Esta “segunda onda terrorista”, expressão empregada aqui para efeitos de distinção em relação aos ataques realizados nos anos

---

1960 (uma “primeira onda”), gerou pânico e indignação na sociedade, tornando-se mais um complicador no complexo processo de flexibilização da ditadura civil-militar. Entre as organizações atuantes, encontramos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo Anticomunista (GAC), a Falange Pátria Nova (FPN), o Comando Delta, o Movimento de Renovação Nazista (MRN) e a Frente Anticomunista, afora os esquadrões da morte, de Sérgio Paranhos Fleury e seus sequazes (Motta, 2002, p. 159). A historiografia (D’Araújo, Soares, Castro 1995; Fico 2001; Maud 2012; Resende 2015) e obras outras (Deckes 1985; Grael 1985; Baffa 1989; Argolo, Ribeiro, Fortunato 1996; Medeiros, Netto 2012; Bierrenbach 1996; Gaspari 2016) sustentam que existia uma interpenetração/interseção entre os membros desses grupos extremistas e os do aparato repressivo, ou seja, seus integrantes eram, sobretudo, agentes dos órgãos de informação e segurança da ditadura, policiais e militares.

Tradicionalmente, enfatiza-se que interesses corporativistas e temores de punição motivaram a atuação dos extremistas. Havia medo de que fossem apurados os crimes praticados pelos agentes da repressão e incomodava-lhes a possibilidade da perda de regalias, posições de poder (cargos, remuneração, gratificações, etc.) e prestígio social e político com a flexibilização do regime (Carvalho, 2005, 132). Há autores que veem as referências à ameaça comunista no final dos anos 70 como mera retórica construída, como se os extremistas tivessem fabricado o discurso de uma ameaça “subversiva” apenas como justificativa e escusa para seus interesses corporativistas e medo de punição (Gaspari 2016, 188; Pasqualette 2020, 193).

É possível, de fato, que integrantes dos órgãos de segurança, um aparato bem estruturado ao longo dos anos, com muitas ramificações, que havia sido exitoso na espionagem e repressão à esquerda revolucionária no começo da década de 1970 e que contava com colaboradores e simpatizantes nos mais diversos estratos da sociedade, soubessem quão fantasiosa era a ideia de uma ameaça comunista ou da implantação de um regime marxista no Brasil, daí o esforço de “fabricar” tais riscos como forma de esconder interesses outros.

Entendemos, porém, que não se pode desprezar ou minimizar a existência de extremistas “sinceros”, pessoas que realmente acreditavam no iminente risco de comunização do Brasil com a distensão/abertura e que o regime deveria permanecer como estava, “fechado”, como uma barreira preventiva e saneadora ante o inimigo vermelho. Era tão forte essa crença entre a extrema-direita que indivíduos, os quais sequer pertenciam às estruturas estatais de repressão, isto é, eram civis, lançaram-se a praticar ações violentas na convicção que agiam pelo bem da Pátria e para evitar a implantação do comunismo no País.

---

Ratificando o pensamento da historiadora Mariana Joffily (2013, 94), entendemos que não foram apenas o medo do “revanchismo”, as questões dos interesses corporativistas, a defesa da manutenção da estrutura repressiva, o apego a vantagens e gratificações das funções exercidas ou o poder e o prestígio do quais gozavam os agentes que explicam a resistência de extremistas à flexibilização do regime e, em decorrência, a onda terrorista. Além de policiais e militares, existiram, igualmente, civis fazendo parte das organizações terroristas, criando seus próprios grupos, praticando atentados, ameaças, etc., pessoas sem ligação direta alguma com o regime e com os meios militares e que, assim, pudessem apresentar interesses pessoais ou corporativistas a serem preservados ou atingidos caso o governo ditatorial se abrisse ou caísse.

No caso do MAC “cearense”, chama-nos demais a atenção o fato de o grupo ser composto apenas por civis, jovens universitários da Universidade Federal do Ceará, gente de classe média, que não ocupava cargos no aparato de informação e seguranças do Estado e nem tinham espaços de poder na ditadura<sup>4</sup>. Embora a questão do MAC seja melhor fundamentada pelas fontes disponíveis, há outros casos ou evidências da participação de civis em grupos terroristas no período, especialmente de estudantes (Brasil 2010; Lopes 2014; Lima 2020).

Em outros termos, estamos argumentando que nem todos os envolvidos nos atos terroristas ocorridos nos períodos da distensão e abertura apresentavam interesses corporativistas e ganhos funcionais a serem preservados ou temores que pudessem sofrer alguma punição se o regime acabasse. Ainda que não se possa fazer generalizações e pareça verossímil crer que os civis fossem minorias no conjunto dos grupos terroristas, entendemos que se deve levar em conta as representações anticomunistas como um elemento que ajuda a explicar o envolvimento dessas pessoas na oposição à flexibilização da ditadura e nos atentados políticos da época, o que também deve ser pensado quanto à participação de militares e policiais.

Ou seja, defendemos que para entender as ações dos extremistas de direita, fossem estes militares ou civis, deve-se levar em conta igualmente suas representações anticomunistas, as quais mesclavam elementos do que estamos chamando de anticomunismo tradicional, elaborado, especialmente, em função da “Intentona”/Levante Comunista de 1935, com pressupostos do contexto da Guerra Fria, no caso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).

Como mostram pesquisadores, essas doutrinas não ficaram restritas aos militares, tendo trânsito de dentro para fora das Forças Armadas e alcançando aliados civis e extremistas de direita

---

<sup>4</sup> Inquérito da Polícia Federal-Paraíba nº 67/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_iii\_81001550\_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

---

(Alves 1985, 34; Comblin 1978, 14; Martins Filho 2008, 46; Gonçalves 2017, 294), por meio de palestras, cursos, panfletos, livros, discursos de parlamentares, matérias e artigos na imprensa, etc., endossando ainda mais as representações anticomunistas da sociedade (Spohr 2011, 10). Contribuíram, assim, como diz Marcos Vinicius Ribeiro (2019, 390), para a proliferação de organizações anticomunistas, das mais variadas matizes e entre as quais, entendemos, podem ser alocados os grupos terroristas atuantes durante a distensão e a abertura da ditadura civil-militar.

### **Sob a ameaça do comunismo**

Ao se analisar os manifestos, cartas, bilhetes, etc. elaborados pelos grupos terroristas, na segunda metade dos anos 1970 e começo dos 80, percebemos referências a princípios, ainda que gerais, da DSN e DGR, mesclados e reelaborados com elementos de um tradicional anticomunismo. Esses escritos tornavam-se públicos de várias formas. Poderiam ser deixados em quarteis, para circular na caserna; eram jogados nas imediações dos locais alvos dos atentados; havia casos de serem afixados nas bancas de jornais, atingidas por bombas. Quando a onda terrorista se acentuou, chegaram a ser mandados, pelos correios, à imprensa e, com isso, acabavam publicados na íntegra pelos jornais – a diminuição da censura, ironicamente, favoreceu a publicização da causa dos extremistas. Por vezes, cartas também foram enviadas, pelo serviço postal, a pessoas específicas, como forma de proselitismo junto a militares ou como ameaças a civis – autoridades, advogados, sindicalistas, jornalistas, religiosos, líderes estudantis, em geral, pessoas que se destacavam na crítica à ditadura e defesa dos direitos humanos e democratização do Brasil. Havia ainda as pichações em espaços públicos, com frases de efeito e intimidações. Reproduções e cópias dessa “produção textual extremista” foram, muitas vezes, anexadas aos informes dos órgãos de inteligência da ditadura – sinal de que o aparato de repressão acompanhava os casos, ainda que não os apurassem devidamente.

O ponto mais presente nos escritos terroristas, aos quais tivemos acesso, dizia respeito à crença segundo a qual a flexibilização do regime franqueava espaços para os comunistas colocarem em prática planos, bem articulados, de conquista do poder institucional. Para os extremistas, as medidas de liberalização feitas pelos setores “moderados” das Forças Armadas, no governo de Geisel (1974-79) e de Figueiredo (1979-85), a defesa da democratização do País levada a cabo pelas várias alas das oposições, o crescimento das mobilizações populares e a presenças das esquerdas nestas representariam um risco de “comunização” do Brasil.

Tal pressuposto estava presente já nos primórdios da flexibilização da ditadura, no período da distensão de Geisel. Quando da explosão da bomba na sede da ABI (Associação Brasileira de

---

Imprensa), a 19 de agosto de 1976, no Rio de Janeiro, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) deixou, nas escadarias do prédio, vários panfletos, onde se lia que

*Chegou a hora de começar a escalada contra a nova tentativa de comunização do Brasil em marcha. A Associação Brasileira de Imprensa – ABI, totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante, tomem cuidado, lacaios de Moscou<sup>5</sup> (itálico nosso).*

O manifesto do Comando Delta, de 1981, também é explícito ao denunciar o que entendiam ser audaciosas manobras dos comunistas com a abertura. Os integrantes do grupo dizem que o texto traduzia

*(...) nossa inquietação diante de graves fatos que, no nosso entender, configuram descaradamente a progressão da escalada subversiva em nosso País. Grupos apátridas manifestam-se com audácia e insolência, numa tentativa de abrir espaço que lhes favoreça a tomada do poder. A canalha comunista, ousada e audaciosamente, já se considera em condições de afrontar ostensivamente as forças da lei e da ordem<sup>6</sup> (itálico nosso).*

Em manifesto distribuído na cidade de Vitória, a 6 de agosto de 1982, a Organização Nacionalista Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, analisando a situação política e social no período, alerta para a

*(...) proliferação de ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIAS MARXISTAS, MARXISTAS-LENINISTAS E TROTKISTAS, aproveitando-se dos altos índices inflacionários existentes no país, da incompetência do governo que aí está e do sofrimento do povo brasileiro, pregam a derrubada do regime e a implantação de uma PÁTRIA COMUNISTA<sup>7</sup> (itálico nosso).*

Os extremistas percebiam as manifestações contra o regime e os distúrbios urbanos do começo dos anos 1980, ante a inflação, o desemprego, a precariedade de transporte, saúde e moradia, etc., como parte de estratégia bem articulado pelos comunistas. Essa visão, que também estava presente em vários documentos dos órgãos de informação e repressão do regime<sup>8</sup>, revela um dos elementos mais recorrentes do anticomunismo tradicional, o de teorias conspiratórias, segundo as quais os comunistas teriam uma notória capacidade de articular complôs, mesmo nas condições mais adversas, manipulando as pessoas (entendidas como ingênuas e incapazes de perceber ardis) em seus planos de poder. Negando qualquer aspecto de espontaneidade ou motivações outras nos protestos, os integrantes da extrema-direita acreditavam que, por trás de

---

<sup>5</sup> Tribuna da Imprensa, 20/8/1976.

<sup>6</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>7</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020. Maria Ortiz, conforme certa historiografia tradicional, é vista como uma heroína capixaba que lutara contra as invasões holandesas no período colonial. <https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2015/07/cafetina-ou-heroina-conheca-a-verdadeira-historia-de-maria-ortiz-1013901573.html> Acesso a 11/03/2021.

<sup>8</sup> Veja-se, por exemplo, Análise da situação da subversão no Brasil em 1979, relatório de Informação do CIE nº 253/102-A5/CIE, de 24 de abril de 1980. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80007775\_d0001de0006. Acesso 17/09/2020.

---

tudo, estaria a mão manipuladora do inimigo vermelho, estimulando a revolta da população, provocando distúrbios, incitando a divisão da sociedade e minando a autoridade dos governantes, condições que, como visto antes, poderiam caracterizar a fase de uma guerra revolucionária, conforme entendia a DGR.

No “Manifesto ao povo paulista”, em que anuncia o seu retorno, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) diz que os protestos estudantis de 1977, “pretensamente reivindicatórias, são, na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião mundial contra a democracia e nosso nacionalismo. Assim começou na França, Portugal, Argentina, e agora novamente ferve em nossa Pátria”<sup>9</sup>. Sobre os protestos populares de 1980, diz o Comando Delta que:

[A canalha comunista] em Salvador, *preparou e executou um movimento de massas*, inspirado em experiência desenvolvida na Europa, com a depredação sucessiva, durante vários dias, de meios de transporte, imprescindíveis à população daquela cidade, *gerando a inquietação, o caos e a desordem, além da tentativa de desmoralização das autoridades constituídas*. O mesmo movimento, em *uma estratégia bem delineada*, provavelmente, se estenderá a outras regiões do País, numa reação em cadeia<sup>10</sup> (itálicos nossos).

A perspectiva de que o comunismo se aproveitava da “passividade” das instituições liberais era extremamente comum no discurso anticomunista (Teixeira 2012, 174). O que os extremistas do final dos anos 70 faziam era defender a conservação da ditadura com uma adequação desse discurso, para refutar a distensão e a abertura. Em outras palavras, a ameaça comunista, numa iminente possibilidade de conquista do poder, era justificativa para a própria ação violenta/terrorista dos extremistas de direita e, em último plano, para a conservação do Estado forte, com restrição de garantias e liberdades individuais, bem de acordo com os postulados da DSN e DGR.

Os comunistas executariam seus planos de forma gradual, recorrendo à infiltração silenciosa na sociedade. Conforme Rodrigo Patto Sá (2002, 55), desde a década de 1930 já existem referências à essa imagem da infiltração sorrateira vermelha, ganhando mais relevo no imaginário anticomunista na primeira metade dos anos 1960. O inimigo interno, com parcimônia, não hesitava em manobrar e utilizar pessoas e instituições de credibilidade em seus projetos de poder. Para os extremistas do final da década de 1970, o que nos faz lembrar os pressupostos de uma “guerra psicológica marxista”, referida pela DGR, os vermelhos endossavam e estimulavam, dentro de tais

---

<sup>9</sup> Manifesto ao povo paulista, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do CIE nº 1560/S-103.1, intitulado Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão, p. 44, de 30 de novembro de 1977. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfansb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_77109398\_d0001de0001. Acesso 08/10/2021.

<sup>10</sup> Mensagem à nação Brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe do SNI nº 200/16/AC/1981, de 27 de outubro de 1981. Arquivo nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfansb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_81020271\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

---

instituições, causas simpáticas naquele momento à população, como a liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos e a melhoria das condições de vida, mas com fins escusos. Tão avançada a infiltração comunista que as entidades haviam se desviado de suas “missões originais”. Não por acaso, nos escritos dos grupos terroristas, são reiterados os ataques à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras entidades, acusadas de estarem a serviço do comunismo.

O grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, no texto “Ao povo brasileiro”, de 1982, condena o comunismo que teria se infiltrado na Igreja. Afirma: “(...) não admitimos é a destruição de nossas instituições e nossa igreja (sic) hoje dominada pelos bispos comunistas e a desagregação da família brasileira”<sup>11</sup>. No ataque contra a ABI, em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) afirma que a instituição está “totalmente dominada pelos comunistas”<sup>12</sup>.

Como em outros períodos históricos, os meios de comunicação não escaparam às acusações de que apresentavam laços com os comunistas. Ataques com explosivos foram feitos a órgãos da chamada grande imprensa, como *Tribuna da Imprensa*<sup>13</sup>, do Rio de Janeiro, e Estado de São Paulo<sup>14</sup>, sem falar das inúmeras ligações telefônicas com ameaças de bombas às redações de periódicos por todos o País. Os alvos principais, porém, foram os jornais da denominada imprensa alternativa ou nanica. A crença de que os jornais alternativos eram porta-vozes da difusão das ideias comunistas fundamentaria não apenas atentados contra os periódicos, mas contra as bancas de jornais de todo o País, especialmente em meados de 1980 (Kucinski 2018). Na explosão de uma bomba contra a sede do jornal *Opinião*, a 15 de novembro de 1976, a AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) deixou panfleto denunciando a ameaça vermelha que a levava a agir.

A Aliança Anticomunista Brasileira decidiu que não é mais possível deixar sem resposta as ações criminosas a soldo de Moscou que este grupo de traidores vem realizando há longo tempo em proveito da comunização do Brasil, através do jornaleco *Opinião* e outras publicações. Esta é a nossa mensagem de advertência: da próxima vez ajustaremos contas pessoais com esses excrementos humanos. A hora da verdade está chegando Fernando Gasparian e asseclas! Estejam certos que pagarão com a própria vida a traição à Pátria que estão cometendo. Morte à canalha comunista! Viva o Brasil! AAB-Aliança Anticomunista Brasileira<sup>15</sup>.

Como se percebe, quaisquer pessoas ou instituições que promovessem críticas ao regime eram tachadas, genericamente, com o rótulo de comunistas. Essa representação ajudava, assim, a construir a ideia do inimigo interno, tão cara à DSN e DGR. Era a materialização do antibrasileiro,

---

<sup>11</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>12</sup> *Tribuna da Imprensa*, 20/08/1976.

<sup>13</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27/03/1981.

<sup>14</sup> *Folha de São Paulo*, 15/11/1983.

<sup>15</sup> *Jornal do Brasil*, 16/11/1976.

---

de pessoas sórdidas, inescrupulosas, apátridas, traidoras da nação, etc. Tramando contra os valores patrióticos e, por extensão, contra os “bons brasileiros”, os detratores e inimigos do País deveriam ser ignorados quanto a suas ideias, intimidados para cessarem suas ações antinacionais e mesmo silenciados caso persistissem agindo contra o Brasil, o que ajuda a entender as representações dos extremistas de direita quanto ao emprego de ameaças e uso da violência/terrorismo.

Lembrando os pressupostos da Guerra Fria, os extremistas enfatizavam a dicotomia da sociedade. De um lado, os patriotas e os defensores da liberdade; do outro, os comunistas e seus apoiadores, que tramavam contra a nação, e mesmo os oportunistas e indecisos. Essa percepção pode ser entendida como um desdobramento da visão generalizadora acerca do comunismo. Oblitera-se, assim, a diversidade política e ideológica que existia no campo das oposições e mesmo entre as esquerdas. Caso não se encontre com as direitas, o indivíduo só poderia ser um inimigo vermelho, não havendo brechas para meios termos. Quando do atentado à casa do empresário e jornalista Roberto Marinho, proprietário das organizações Globo, no bairro do Cosme Velho (atual Instituto Casa Roberto Marinho), em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) deixou bilhete afirmando: “Sé é contra a propriedade privada, também somos contra você”<sup>16</sup>. Na declaração de maio de 1981 e publicada nos jornais, tratando sobre o caso Riocentro, o Comando Delta faz alertas aos inimigos e seus projetos de comunização do Brasil e conclui: “Quem não estiver conosco, estará contra nós. Ousar lutar, ousar vencer. Brasil acima de tudo”<sup>17</sup>.

Igualmente, era comum nos textos referências à existência de um bem articulado e poderoso Movimento Comunista Internacional, que orientava os passos e as ações de seus militantes no Brasil. As manifestações contra o regime seriam, dessa forma, expressões de um complô internacional, uma teoria conspiratória das mais destacadas e tradicionais nas representações anticomunistas (Motta 2002, 54). Os militantes locais, fanáticos ideológicos, seguiam cegamente as ordens vindas do exterior. Esses elementos podem ser notados, por exemplo, no texto da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, de agosto de 1982, que aborda como a subversão campeava no País “sob a orientação de MOSCOU, CUBA E ALBÂNIA, [com] auxílio dos falsos patriotas do dia a dia (...)”<sup>18</sup>.

Sob os discursos de defender o Brasil, os “vermelhos” não passavam de falsos nacionalistas, traidores da Pátria, pois estavam a serviço de potências estrangeiras. Os “verdadeiros” patriotas,

---

<sup>16</sup> Jornal do Brasil, 24/9/1976.

<sup>17</sup> Jornal do Brasil, 13/05/1981.

<sup>18</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

assim, deveriam ser implacáveis contra esses insidiosos. A Vanguarda de Caças aos Comunistas (VCC) expressa que:

Não vamos nem iremos a parte alguma do mundo buscar doutrinas. Pequim, Havana e Moscou são lugares malditos onde os comunistas brasileiros que “bafejam” democracia vão pedir conselho. Todos os comunistas e governantes corruptos são traidores da Pátria; nós os julgaremos por traição com ajuda de nosso povo<sup>19</sup>.

Como já havia alertado Rodrigo Patto Sá (2002, 56), se percebe nos textos uma simplificação do real quanto às divergências dentro do bloco socialista existentes à época. Para os extremistas de direita, havia um “Movimento Comunista Internacional” homogêneo, planejando e insuflando militantes vermelhos dentro do Brasil. Desconsideravam ou silenciavam que existiam sérias disputas e embates, por exemplo, entre China e União Soviética e que, por isso, parecia pouco plausível uma cooperação, em um “plano mundial de infiltração”, entre dirigentes dos dois países...

### **Bombas pela democracia**

Vê-se nos manifestos dos grupos de extrema-direita, com certa frequência, menções e exaltações às Forças Armadas, especialmente ao Exército. As instituições castrenses são concebidas como guardiãs da sociedade, detentoras dos mais altos valores. Na “Mensagem à nação brasileira”, enviada a oficiais do Exército de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1981, o Comando Delta diz que voltava a se manifestar

(...) à Nação Brasileira, e em particular às Forças Armadas, para traduzir nossa inquietação diante dos graves fatos que, a nosso entender, configuram declaradamente a progressão da escalada subversiva em nosso país. (...).

Reiteramos a *confiança em nossas Forças Armadas, como guardiã da Pátria (...)*<sup>20</sup> (itálicos nosso).

Não custa lembrar que, dentro da lógica da DSN, seria de responsabilidade dos militares, e de uma elite “preparada e esclarecida”, guiar e salvar o país do atraso econômico e da barbárie comunista. As Forças Armadas estariam na linha de frente do combate à subversão e na defesa da Pátria. Nesse sentido, com as conclamações, os extremistas ratificavam a condição de liderança da instituição castrense em um momento em que enxergavam uma perigosa ameaça comunista. A própria luta contra a distensão e a abertura, no objetivo de conservar a estrutura política vigente, sob o comando dos militares, já era um sinal de apreço pela instituição castrense.

Se as Forças Armadas eram enaltecidas e preservadas, os terroristas não deixavam de dirigir críticas aos “falsos” militares que estavam agindo contra os valores cívicos e interesse da nação.

---

<sup>19</sup> Tribuna da Imprensa, 29/08/1980; Jornal do Brasil, 19/09/1980.

<sup>20</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

---

Em suas perspectivas, os setores “moderados” da caserna, com o processo de flexibilização do regime, estariam facilitando a atuação dos comunistas e traíndo a Pátria. Há nos textos dos agrupamentos várias insinuações contra as gestões de Geisel e Figueiredo e ataques duros, especialmente, a Golbery de Couto e Silva, tido como um dos grandes articuladores da distensão do regime. Ficou conhecido um panfleto apócrifo, que circulou nos quartéis, no ano de 1975, com desenho de Golbery enforcado e cuja autoria seria de elementos ligados aos atentados (Argolo, Ribeiro, Fortunato 1996, 305; Gaspari 2004, 79). Os “verdadeiros” militares não compactuavam com o que se passava no País e continuavam em suas tarefas diárias, dedicados à defesa da Pátria, sem interesses outros. O Comando Delta celebrou a saída de Golbery de Couto e Silva do governo Figueiredo, ocorrida a 6 agosto de 1981:

(...) Regosijamos (sic) com a saída do sr. Golbery de Couro e Silva dos escalões do governo, ao qual, há muito tempo, vinha desservindo, com a sua não infensão (sic) ao comunismo e maquiavelismo, ao sabor das mais sórdidas e imorais manobras políticas (...). Continuamos solidários com os verdadeiros militares, anônimos profissionais da caserna, dedicados ao labor diário, sem privilégios ou ambição<sup>21</sup>.

O grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz igualmente não deixou de denunciar o que entendia ser a tibieza do governo ante a ameaça que pairava sobre o Brasil:

O Sr. Presidente JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO, se é que ainda possui um pouco do brio, adquirido na sua vida castrense, deverá dar um basta na situação que aí está, sob pena de ser lembrado pela história como o presidente que entregou o Brasil aos domínios de MOSCOU, traíndo a memória de seu pai o ilustre General EUCLIDES FIGUEIREDO.

(...) Se o presidente tiver vergonha na cara, não deve pisar o solo do Espírito Santo, pois as forças democráticas aqui instaladas repudiam sua visita, pois se hoje vivemos neste estado de coisas a culpa cabe somente a ele que no alto de seu pedestal que é o dono da verdade e só ele sabe o que é melhor para o Brasil<sup>22</sup>.

Não obstante as qualificações da imprensa, de opositores e do próprio governo militar, os extremistas recusavam a pecha de terroristas. Seriam pessoas comuns (“homens do povo”), de princípios religiosos (“cristãos”), fiéis à “revolução de 64”, conscientes e descontentes com o governo e a flexibilização do regime. Não externavam que fossem integrantes do aparato estatal e, não apresentando outros interesses a serem preservados, davam a entender que suas causas eram idôneas, sinceras e puras. Ao contrário dos comunistas, que escondiam suas ambições de conquista do poder, os grupos de extrema-direita seriam compostos por patriotas, homens que, pelo bem da

<sup>21</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>22</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

nação, resolveram agir, “fazer história” combatendo concretamente o perigo vermelho, abraçando os riscos da clandestinidade e apelando para a violência na intenção de evitar “o pior”.

Afirmam os integrantes da Falange Pátria Nova: “Numa crise como esta é bom que se saiba que somos homens do povo, cristãos, e que não concordamos com a maneira pela qual o governo e seus órgãos de segurança estão conduzindo o processo chamado da ‘abertura’”<sup>23</sup>. Nos panfletos deixados no atentado à Catedral de Nova Iguaçu, em 1979, os integrantes da Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) afirmam que “(...) somos cristãos e revolucionários [adeptos de 1964] acima de tudo”<sup>24</sup>. Também realizaram referência a aspectos religiosos os membros do grupo que atacaram o Diretório Acadêmico de Medicina, da UFMG, em 1978, os quais se caracterizaram como “cristãos e patriotas”<sup>25</sup>. Os membros da Falange Pátria Nova chegaram a afirmar que estavam “fazendo história” e, sendo “homens conscientes”, decidiram agir para tomar o controle de seu destino: “se há um pêndulo histórico, cabe a nós, homens conscientes, fazer com que não sejamos simples passageiros, mas os reais condutores dos rumos que devemos seguir e dos princípios que devemos adotar”<sup>26</sup>.

Os integrantes dos grupos de direita concebiam como legítimo o emprego da violência contra quem entendiam ser ou apoiava o comunismo. As ações violentas se tratariam de uma reação, uma resposta, uma ação de resistência mesmo, ante a ameaça vermelha que pairava sobre a sociedade. A argumentação evoca, pois, a lógica usada por militares e grupos conservadores, especialmente nos chamados “anos de chumbo” (1968-74), de que o recurso à tortura, a eliminação de adversários do regime e a luta contra a guerrilha eram uma resposta as ações das esquerdas (Teixeira 2012, 248). Diante do quadro, o que nos faz lembrar, novamente, de pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária, seria tolerável a violação de garantias legais que um Estado de direito democrático deveria resguardar, para salvar a sociedade do marxismo e sanear o ambiente político.

---

<sup>23</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova, relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80010141\_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

<sup>24</sup> Explosão de bomba na Catedral de Nova Iguaçu, informe do SNI nº 003/116/ARJ/80, de 9 de janeiro de 1980, Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ccc\_80002114\_d0001de0001. Acesso 29/10/2020. Disponível também em Jornal do Brasil, 21/12/1979.

<sup>25</sup> Jornal do Brasil, 03/03/1978.

<sup>26</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova, relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80010141\_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

No “Manifesto ao povo Paulista”, de 1977, os integrantes do CCC dão a entender que estavam reorganizando o grupo como reação à situação caótica do País, marcado pela ascensão dos comunistas, prometendo

(...) empreender novamente luta sem trégua a canalha vermelha e aos homens públicos corruptos e complacentes que traiçoeiramente golpeiam a Revolução de Trinta e Um de Março e a Pátria Brasileira.

Vamos novamente à luta, antigos camaradas, para pôr um ponto final nesta situação vergonhosa. À insídia vermelha e à corrupção, responderemos com a *resistência nacionalista radical*. A violência será *respondida* com a violência da Pátria indignada e estremeçada”<sup>27</sup> (itálicos nossos).

O Comando Delta, na carta publicada pela imprensa, em julho de 1981, deixou subentendido o aspecto reativo, na medida em que advertiam os comunistas por suas ações danosas e não descartavam o uso da violência:

(...) Não silenciaremos e *utilizaremos até mesmo a violência em última instância* enquanto essa escória de esquerda fanática e criminoso não sentir em toda a sua extensão o peso da vontade coletiva brasileira, livre, democrática, aberta e dotada dos valores que conquistou em sua história.

Que nossas palavras de *advertência*, ainda pacíficas, sejam levadas em consideração para o benefício desta Pátria (...)”<sup>28</sup> (itálicos nossos)!

Os membros dos grupos de extrema direita viam a si e ao regime como democráticos. A Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz afirmou que “combater o comunismo não é ser radical de direita e, sim, democrata, pois o que o comunismo quer é tirar as nossas liberdades”<sup>29</sup>. O Comando Delta expressou preocupação com aqueles que atacavam a “democracia”:

Exigimos uma enérgica aplicação da lei, particularmente, sobre aqueles *detratores do regime democrático, aliados da foice e do martelo*, que, sob o manto da impunidade, sentem-se cada vez mais encorajados a destruir este País. Acabemos com a conspiração e com o revanchismo. O Brasil precisa de uma oposição construtiva<sup>30</sup> (itálico nosso).

Importa aqui entender como os grupos de direita concebiam a noção de democracia. Não era mera retórica ou demagogia o uso constante da palavra, como esclarece a historiadora Janaina Cordeiro. É necessário pensar o contexto da Guerra Fria, de como a bipolaridade desta instrumentalizou a concepção e o uso da ideia de democracia, o que aliás, fica patente na DSN e DGR. Cordeiro, recorrendo à historiadora Jennifer M. Miller (*apud* Cordeiro 2021, 14), lembra que entre muitos líderes e políticos dos Estados Unidos, da década de 1940 e 1950, os quais viveram

---

<sup>27</sup> Manifesto ao povo paulista, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do CIE nº 1560/S-103.1, intitulado Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão, p. 44, de 30 de novembro de 1977. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_77109398\_d0001de0001. Acesso 08/10/2021.

<sup>28</sup> Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

<sup>29</sup> Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82027933\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

<sup>30</sup> Mensagem à nação brasileira, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008641\_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

---

---

as experiências da grande depressão, da II Guerra e dos embates com a União Soviética, fomentou-se a crença de que ideologias como fascismo e comunismo representavam séria ameaça à democracia. A sobrevivência desta, assim, não dependia apenas de aspectos formais (eleições, instituições firmes, liberdade política, etc.), mas, igualmente, de uma cidadania “psicologicamente forte”, capaz de permanecer vigilante na defesa de valores democráticos. Em outras palavras, uma democracia “real” necessitava de estabilidade social, política, econômica e mental, para uma mobilização contínua contra ideologias “antidemocráticas”, perigosas e subversivas, ainda que à custa de outros direitos e liberdades. Democracia seria indissociável do combate ao comunismo (Rodeghero 2002).

Para setores das direitas e extremistas civis e militares do final dos anos 70, haveria riscos de uma ditadura caso o governo militar continuasse se distensionando, pois isso poderia implicar na implantação do comunismo no Brasil. A distensão, ao estabelecer alguns dos princípios de um Estado de direito liberal, acabou franqueando “liberdades abusivas”, das quais os vermelhos estavam se aproveitando para se infiltrar na sociedade e articular planos conspiratórios, visando a derrubar a “democracia” existente e criar a ditadura do proletariado. Portanto, o cerceamento de algumas liberdades e direitos individuais e a violência eram aceitáveis face a necessidade de combater o inimigo comunista e defender a “democracia e a liberdade”.

Embora fuja aos propósitos e reflexões desta pesquisa, entendemos que as representações anticomunistas e as práticas terroristas da extrema-direita durante a flexibilização da ditadura suscitam abordagens em outras perspectivas. Para além das influências do anticomunismo tradicional e dos princípios da DSN e DGR, podem ser pensadas no que vem sendo chamado pela historiografia de *utopia autoritária*, tendo-se em conta uma duração histórica maior. Ou seja, as representações dos grupos extremistas não se restringiam apenas aos processos históricos percebidos nas últimas décadas, nas quais despontaram a “Intentona”/Levante Comunista, a Guerra Fria e a própria ditadura civil-militar, mas deitavam raízes em um pensamento autoritário brasileiro anterior, presente já no século XIX (Teixeira 2012, 157).

Elaborada inicialmente por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994a, 9), a ideia de utopia autoritária expressa a crença, por parte de militares e mesmo civis, em uma pretensa superioridade da caserna, em termos de patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral. Havia visões estereotipadas e preconceituosas sobre o povo brasileiro, tido como “despreparado” (por exemplo, para votar) e manipulável (alvo de políticos corruptos e demagogos, por exemplo). Carlos Fico (2004a, 112) chama a atenção de como a utopia autoritária era um componente aglutinador dos militares, não obstante suas divisões e disputas, atravessando as principais instâncias de repressão e controle da ditadura, apresentando duas dimensões, uma

---

saneadora, de combate ao comunismo e a corrupção, e outra civilizatória, pois caberia às Forças Armadas “educar e suprir” as “deficiências” do povo para o bem da Pátria. Como diz Mauro Eustaquio Costa Teixeira (2012, 203), a rejeição ao perigo vermelho é um dos componentes centrais desta utopia autoritária, que ensejava a necessidade de um governo forte e capaz de eliminar todos os dissensos da sociedade (“corrupção”, agitação social, subversão), tendo em vista o “bem da nação, a prosperidade nacional” e a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (Fico, 2004b, 34).

Tratando da resistência à distensão/abertura da ditadura civil-militar, dizem Maria Celina Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994b, 24) que:

Para aqueles vinculados à área de informação, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos.

Assim, o anticomunismo, visto e usado como um dos argumentos principais para justificar e provocar intervenções autoritárias no período republicano da história brasileira (Motta, 2002), se inseria em uma tradição maior, em uma duração histórica maior, expressão de uma sociedade excludente em termos sociais e aversa à participação popular. Se os integrantes de grupos como VCC, CCC, Comando Delta, Falange Pátria Nova e os jovens do MAC “cearense”, entre outros, enxergavam a manutenção da ditadura e da liderança das Forças Armadas como imprescindível, se repudiavam o projeto de institucionalização liberalizante defendido pelos militares “moderados”, se enxergavam as mobilizações oposicionistas em prol de uma democratização do País como ações comunistas, estavam, em uma perspectiva temporal mais longa, como outros antes deles, manifestando percepções elitistas e autoritárias na defesa de um Estado forte e capaz de realizar a profilaxia permanente da sociedade contra a “ameaças à ordem social”.

O recurso à ação clandestina e violenta para combater e derrotar uma pretensa “ameaça vermelha”, por parte dos grupos extremistas contrários à flexibilização da ditadura, não estava longe de uma sociedade idealizada autoritariamente, em que a força, o controle, a repressão e o afastamento da população de uma maior participação política eram concebidos como convenientes para a conservação da própria nação.

## Conclusão

Para extremistas de direita, fossem civis ou militares, o projeto de flexibilização, defendido por segmentos “moderados” das Forças Armadas foi percebido como medida que facilitava a infiltração comunista no Brasil, enquanto o conjunto de mobilizações políticas e sociais do final

---

dos anos 70 e início dos 80 (Campanhas pela Anistia, retorno dos exilados, diminuição da censura, articulação de estudantes em prol da reabertura de suas entidades representativas, defesa de uma constituinte, condenação da violência e dos casuísmos da ditadura, Diretas Já, etc.) eram sinais dos planos e articulações dos “vermelhos” na conquista do poder. Em outras palavras, as movimentações políticas e sociais do final dos anos 1970 foram percebidas, apropriadas, para usar as ideias de Chartier, como manifestações comunistas e que a possibilidade de flexibilização da ditadura civil-militar implicaria na criação de um governo marxista no Brasil.

As crenças no complô do “perigo vermelho” e na infiltração marxista na sociedade não descartavam, por outro lado, que os extremistas, especificamente os militares ligados a órgãos de informação e segurança, apresentassem interesses corporativistas e pragmáticos, a saber: o temor da perda dos cargos, da influência e do poder político, caso houvesse o desmonte da máquina de repressão com a liberalização/democratização, e o medo de punições pelos crimes e violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura.

A crença acerca do “perigo comunista” levou extremistas de direita, militares e civis, a criar/reativar grupos terroristas, em geral, autônomos e influenciados uns pelos outros. Havia vários CCCs, MACS, etc., que praticaram ações violentas diversas em distintos pontos do território nacional, ataques e ameaças que levaram pânico à sociedade e tornaram ainda mais complexo o processo de distensão/abertura da ditadura. Como buscamos demonstrar, as análises de textos elaborados por esses grupos terroristas evidenciam a presença, reproduzidos ou adaptados, de muitos dos princípios básicos da DSN e DGR, mesclados a elementos de um tradicional anticomunismo, moldado, sobretudo, nos meios militares com a “Intentona”/Levante comunista de 1935.

## Referências bibliográficas

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Araújo, Rodrigo Nabuco de. “A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência”? *Revista Esboços*, Florianópolis, UFSC, v 15, n. 20 (2008), 245-273.
- Araújo, Rodrigo Nabuco de “Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975)”. *Contemporânea, Historia y problemas del siglo XX*, v. 8 (2017), 87-104.
- Argolo, José Amaral. Kátia Ribeiro, e Luiz Alberto M. Fortunato. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.
- Baffa, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 1989.
- Barros, José D’Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n. 1 (2005), 125-141.
-

- Bierrenbach, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- Bonet, Luciano. Anticomunismo. Em: *Dicionário de política*. Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Giafranco Pasquino, 34-35. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- Brasil, Clarissa. “O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas”. Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- Carvalho, Aloysio Castelo de. “Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1 (2005), 115-147.
- Chartier, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. Em: *A História cultural entre práticas e representações*, Roger Chartier Lisboa: DIFEL, 1988, 13-28.
- Chartier, Roger. O mundo como representação. Em *. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*, Roger Chartier. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- Comblin, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- Cordeiro, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *1964: visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.
- D’Araújo, Celina, Gláucio Ary Soares, e Celso Castro. *. A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995.
- Deckes, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil 1966/1980*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- Duarte-Plon, Leneide. *Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Ferraz, Francisco. *À Sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955)*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- Fico, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- Fico, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n 47 (2004), 29-60.
- Fico, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- Gaspari, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Gaspari, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- Gonçalves, Daniel Accioly. *A influência doutrinária francesa no pensamento do Exército brasileiro (1955-1961)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- Gonçalves, Daniel Accioly. *Castellismo, repressão e combate ao inimigo interno*. Tese de doutoramento em História, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
-

- Grael, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Joffily, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.
- Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- Lima, Danielle Barreto. “O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)”. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.
- Lopes, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- Martins Filho, João Roberto. “Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974)”. Em: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1, orgs Cecília MacDowell Santos, Edson Teles e Janaina de Almeida Teles, 179-202. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.
- Martins Filho, João Roberto. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67 (2008), 39-50.
- Martins Filho, João Roberto. “A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, n 48 (jul-dez 2012), 519-536, .
- Maud, Chirio. *A política nos quartéis: revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Medeiros, Rogério, e Marcello Netto. *Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- Miller, Jennifer. Cold War democracy. The United States and Japan. *Apud* Cordeiro, Janaina. “A marcha da família pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964”. *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 180 (2021).
- Montagna, Wilson. “A Doutrina de Segurança Nacional”. *Revista Projeto História*, PUC-SP, v.6 (1986), 29-40.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- Motta, Rodrigo Patto Sá . “O anticomunismo militar”. Em: *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*, João Roberto Martins Filho, org., 9-26. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- Motta, Rodrigo Patto Sá . *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- Napolitano, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.
- Neves Júnior, José Wilson Assis. “Segurança nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: a ideologia de Golbery de Couto e Silva”. Em *Tese*, UFSC, Florianópolis, v. 16, ed. 2 (2019), 46-66.
- Oliveira, Nilo Dias de. “Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra”. *História*, São Paulo, UNESP, v. 29, n. 2 (2010), 135-157.
- Padrós, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar*. Tese de doutoramento em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
-

Pasqualette, Bernardo Braga. *Me esqueçam – Figueiredo: a biografia de uma presidência*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Resende, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

Ribeiro, Marcos Vinicius. “Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul”. *História Debates e tendência*, Passo Fundo, v. 19, n. 3 (set-dez 2019), 384-401 .

Rodeghero, Carla Simone. “Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964”. Tese de doutoramento em História, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Silva, Carla Luciana. “Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia”. *Tempos Históricos*, v. 2, ed. 1(2000). Em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6798397>. Acesso a 27/10/2021.

Spohr, Martina. “O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969)”. XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH/Brasil, São Paulo, 2011.

<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=280>. Acesso a 25/10/2021.

Teixeira, Mauro Eustáquio Costa. “A revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil”. Dissertação de Mestrado em História, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

Vasconcelos, Cláudio Beserra de. “A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964”. *Antíteses*, Londrina, UEL, v.13, n. 25 (jan-jun 2020), 278-308.

Vitullo, Gabriel E. “Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17 (2001), p. 11-31.

\*\*\*

Recebido: 19 de novembro de 2021

Aprovado: 07 de fevereiro de 2022